

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para as questões de 1 a 5.

“Com a noite polar, o mar congelava dois metros”. Há 200 anos a Antártida era avistada pela primeira vez

1 Há milênios a Antártica vem sendo uma fortaleza
inexpugnável para marinheiros e exploradores, cercada por
fortes correntes e ventos de furacão. Aqueles que
4 sobreviviam ao dobrar o Cabo Horn, onde as águas do
Atlântico fervem em tempestades furiosas quando
encontram as do Pacífico, tinham que lidar com os *icebergs*
7 que o continente expelia, empurrados por gelados ventos
catabáticos do interior.

De Punta Arenas, no Chile, há cerca de 1.000
10 quilômetros para se chegar às primeiras ilhas antárticas.
“Pode-se levar meses para cruzá-los em um barco a vela”,
diz Javier Cacho, físico, ex-funcionário do Instituto Nacional
13 de Tecnologia Aeroespacial (INTA) e autor do livro ***Héroe***
de la Antártida (sem publicação no Brasil), no qual narra a
história desses pioneiros. “Com a noite polar, o mar se
16 congelava dois metros. E quando os ventos sopravam na
direção da costa, comprimiam os *icebergs*, formando uma
barreira inquebrantável. Você podia estar a dois
19 quilômetros da costa, mas nunca chegava”, diz Cacho.

Essa terra incógnita se ocultava ao olho humano
entre brumas e névoas geladas. Mas em 30 de janeiro de
22 1820, às três horas da tarde, o oficial da Marinha britânica
Edward Bransfield e seu piloto William Smith observaram
uma linha de costa com montanhas nevadas quando os
25 fragmentos de neblina se elevavam. Apenas dois dias antes,
o marinheiro russo Fabian Gottlieb Thaddeus von
Bellingshausen teve a mesma experiência, 2.500
28 quilômetros a leste. O continente gelado finalmente se
deixou ser avistado.

Neste mês de janeiro, completou-se o 200.º
31 aniversário desse momento.

Internet: <<https://brasil.elpais.com>> (com adaptações).

QUESTÃO 1

Na língua portuguesa, a palavra “que” pode pertencer a mais de uma classe gramatical. Na linha 6 do texto, o vocábulo “que” trata-se, morfológicamente, de um(a)

- (A) conjunção.
- (B) pronome.
- (C) preposição.
- (D) artigo.
- (E) interjeição.

QUESTÃO 2

No trecho “Essa terra incógnita” (linha 20), o pronome demonstrativo se refere

- (A) aos *icebergs*.
- (B) à costa marítima.
- (C) à noite polar.
- (D) à cidade de Punta Arenas, no Chile.
- (E) à Antártica.

QUESTÃO 3

Em “tinham que lidar com os *icebergs* que o continente expelia” (linhas 6 e 7), há uma oração subordinada

- (A) adjetiva restritiva.
- (B) substantiva objetiva indireta.
- (C) substantiva subjetiva.
- (D) adverbial causal.
- (E) adverbial comparativa.

QUESTÃO 4

Com relação ao trecho “De Punta Arenas, no Chile, há cerca de 1.000 quilômetros para se chegar às primeiras ilhas antárticas” (linhas 9 e 10), julgue os itens a seguir.

- I O verbo “chegar”, nesse contexto, é intransitivo.
- II A crase ocorre por causa da junção entre o adjunto preposicionado do verbo “chegar” e o artigo feminino que precede a palavra “ilhas”.
- III O acento indicativo de crase está inadequado, de acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, visto que está diante de um numeral.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item II está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 5

De acordo com o contexto do trecho, a palavra “inexpugnável” (linha 2), significa o que

- (A) é perigoso de se olhar.
- (B) é de imensa dureza externa.
- (C) se pode vencer com estratégias.
- (D) não se pode vencer pela força.
- (E) é incontrolável por si.

Texto para as questões de 6 a 8.



Internet: <<https://tirasarmandinho.tumblr.com>>.

QUESTÃO 6

Em alguns quadrinhos, é comum que a mensagem transmitida apresente críticas. Considerando essa informação, é correto afirmar que a tirinha de Armandinho possui uma crítica

- (A) aos corações que sangram pelos problemas no mundo.
- (B) às pessoas que não se fazem indiferentes às emoções.
- (C) às semelhanças entre os sentimentos das pessoas.
- (D) às pessoas que sentem empatia pelos demais.
- (E) às desigualdades sociais e à indiferença do ser humano.

QUESTÃO 7

As preposições estabelecem uma relação de sentido entre as palavras que unem. Assim, em “um coração de ferro”, a preposição expressa uma relação de

- (A) instrumento.
- (B) meio.
- (C) matéria.
- (D) modo.
- (E) causa.

QUESTÃO 8

Em “fizeram-no de carne”, a colocação pronominal está, de acordo com a norma-padrão,

- (A) adequada, pois, na construção em questão, o pronome oblíquo deve estar em ênclise.
- (B) adequada, pois, com uma oração imperativa afirmativa, usa-se a ênclise.
- (C) adequada, pois, quando o verbo está no gerúndio (“fizeram”), o pronome deve estar em ênclise.
- (D) inadequada, pois, quando se inicia um período, o pronome oblíquo deve estar em próclise.
- (E) inadequada, pois, na presença de pronomes indefinidos, como, por exemplo, “meu”, há o uso de próclise.

Texto para as questões 9 e 10.



QUESTÃO 9

A oração subordinada adjetiva “que invadiu o gramado num jogo” expressa

- (A) restrição, pois restringe o lugar onde o cão estava, isto é, no gramado do jogo do mês passado.
- (B) restrição, mostrando que não foi qualquer cachorro que entrou no programa, mas sim aquele em específico.
- (C) explicação, mostrando onde o cachorro estava, isto é, em um campo de futebol.
- (D) explicação, pois explica, em detalhes, qual cachorro entrou no programa.
- (E) explicação, pois explica ao leitor de onde os cães conheciam o participante do programa.

QUESTÃO 10

No que se refere à estrutura das orações, julgue os próximos itens.

- I Em “estão apresentando os participantes”, o sujeito é classificado como indeterminado.
- II Há um desvio de concordância verbal no segundo quadrinho.
- III O uso de “mesmo” está inadequado de acordo com a norma-padrão, pois, nesse caso, ele tem função pronominal.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item III está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

Nas questões que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clique**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e teclar corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

QUESTÃO 11

Em um computador com o Windows 10, em português, um usuário está navegando na Internet com a janela do navegador Google Chrome ativa. Ele mantém também o Microsoft Word aberto, porém minimizado na barra de tarefas.

Com base nesse caso hipotético, é correto afirmar que, se o usuário pressionar a combinação de teclas  + ,

- (A) o Microsoft Word será fechado, perguntando antes se se deseja salvar o documento aberto.
- (B) as janelas do Google Chrome e do Microsoft Word ficarão visíveis, cada uma ocupando metade da tela.
- (C) a janela do navegador Google Chrome será fechada.
- (D) as janelas do Google Chrome e do Microsoft Word serão minimizadas na barra de tarefas.
- (E) a janela ativa passará a ser a do Microsoft Word.

QUESTÃO 12

No Microsoft Outlook 2013, em português,

- (A) não há como se remover um arquivo anexo em uma mensagem recebida sem excluí-la.
- (B) é possível criar um banco de dados relacional e uma mala direta para enviar *e-mails* em massa, com dados personalizados para cada destinatário.
- (C) é possível definir uma assinatura que aparecerá automaticamente em todas as novas mensagens criadas pelo usuário.
- (D) só é permitido configurar contas de *e-mail* que fazem parte da organização em que o usuário trabalha, pois o Outlook é um *software* corporativo.
- (E) só é possível bloquear um remetente se ele enviar mais de uma mensagem de *spam* ou com anexo contendo vírus.

QUESTÃO 13

Para se acessar a janela por meio da qual será possível personalizar a maneira como os documentos serão salvos no Microsoft Word 2013 em português (formato do arquivo, local-padrão de gravação do arquivo, local do arquivo de autorrecuperação etc.), deve-se clicar

- (A) Arquivo > Configurações > Opções do Arquivo.
- (B) Arquivo > Opções > Salvar.
- (C) Página Inicial > Ferramentas > Configurações.
- (D) Ferramentas > Opções > Opções de Gravação.
- (E) Configurações > Arquivo > Atributos do Arquivo.

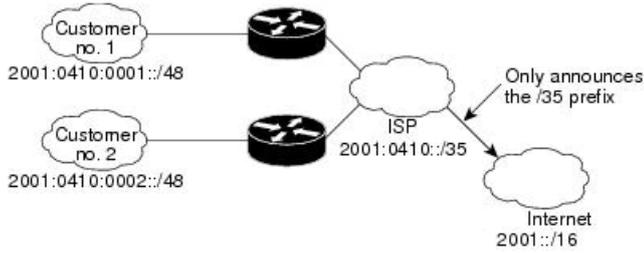
QUESTÃO 14

Em um *pen drive* vazio de 32 GB, um funcionário deseja gravar o *backup* de um conjunto de arquivos cujo tamanho total é mostrado em *bytes*.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o funcionário concluirá, corretamente, que 32 GB equivalem a, aproximadamente,

- (A) 34359738 *bytes*.
- (B) 32359 *bytes*.
- (C) 32359738368765 *bytes*.
- (D) 34359738368 *bytes*.
- (E) 3235973836 *bytes*.

QUESTÃO 15



As redes de computadores mostradas na figura acima possuem endereços conhecidos como IP (Internet Protocol). Sabendo-se que há versões diferentes de IP, é correto afirmar que os endereços mostrados na figura estão representados no formato

- (A) IPv2.
- (B) IPv4.
- (C) IPv5.
- (D) IPv6.
- (E) IPv8.

QUESTÃO 16

Um site de apostas possui um jogo em que um computador constrói o número total de anagramas de determinada palavra e, em seguida, um deles é sorteado; porém, antes desse sorteio, as pessoas podem fazer apostas. Certo dia, Miguel acessou o referido site e decidiu jogar. No dia em que jogou, o computador construiu todos os anagramas da palavra RONDÔNIA (desconsiderando-se o acento) e ele apostou que seria sorteado um anagrama em que todas as vogais e todas as consoantes ficariam juntas, em dois blocos, como, por exemplo, em OOIARNDN.

Com base nesse caso hipotético, é correto afirmar que a probabilidade de Miguel vencer o jogo com sua aposta é de

- (A) $\frac{1}{35}$.
- (B) $\frac{1}{140}$.
- (C) $\frac{1}{280}$.
- (D) $\frac{1}{10.080}$.
- (E) $\frac{1}{40.320}$.

QUESTÃO 17

A negação de “sou de Rondônia e não torço para time carioca” é

- (A) “sou de Rondônia ou torço para time carioca”.
- (B) “não sou de Rondônia, então torço para time carioca”.
- (C) “não sou de Rondônia nem torço para time carioca”.
- (D) “não sou de Rondônia e torço para time carioca”.
- (E) “não sou de Rondônia ou torço para time carioca”.

QUESTÃO 18

Arthur adquiriu 3 smartphones por R\$ 4.400,00. As massas dos aparelhos são 125 g, 250 g e 375 g e seus preços são inversamente proporcionais a esses números, isto é, às suas massas.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que o smartphone cuja massa é de 375 g custou

- (A) R\$ 2.400,00.
- (B) R\$ 1.200,00.
- (C) R\$ 1.000,00.
- (D) R\$ 800,00.
- (E) R\$ 600,00.

RASCUNHO

QUESTÃO 19

Uma pesquisa a respeito da audiência de 3 programas de TV foi realizada na cidade de Porto Velho-RO. 1.800 homens participaram dessa pesquisa e os resultados foram os exibidos na tabela a seguir.

Programa(s)	Número de entrevistados
X	1.220
Y	400
Z	1.080
X e Y	220
X e Z	800
Y e Z	180
X, Y e Z	100

Com base nesse caso hipotético, é correto afirmar que

- (A) todos os entrevistados assistem a pelo menos 1 dos 3 programas.
- (B) 200 entrevistados não assistem a nenhum dos 3 programas.
- (C) 700 entrevistados assistem apenas a 1 dos programas pesquisados.
- (D) 1.110 entrevistados assistem apenas ao programa X.
- (E) 1.200 entrevistados assistem exatamente a 2 dos 3 programas pesquisados.

QUESTÃO 20

Cartórios divulgam os nomes mais registrados em Rondônia em 2017

da Assessoria

10 NOMES MAIS FREQUENTES – GERAL – RO

Miguel	97
Arthur	80
Maria Eduarda	54
João Miguel	53
Enzo Gabriel	52
Heitor	50
Alice	49
Pedro Henrique	42
Sophia	41
Laura	40

Miguel foi disparado o nome mais registrado pela população de Rondônia no ano de 2017. Com uma diferença de mais de 17 registros, o nome está no topo da lista dos mais registrados no estado de Rondônia, dando nome a 97 recém-nascidos no estado neste ano. Na sequência, aparecem Arthur, com 80 registros, e Maria Eduarda, o primeiro nome feminino da lista, com 54 registros.

Internet: <<https://www.rondoniagora.com>> (com adaptações).

De acordo com o texto acima, é correto afirmar que, em 2017, o nome mais registrado em Rondônia corresponde a, aproximadamente,

- (A) 14,3% do total de registros.
- (B) 17,4% do total de registros.
- (C) 20,1% do total de registros.
- (D) 31,7% do total de registros.
- (E) 97% do total de registros.

RASCUNHO

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**QUESTÃO 21**

Acerca dos princípios da Administração Pública, julgue os itens a seguir.

- I A proibição constitucional de utilização de símbolos e imagens que caracterizem a promoção pessoal de servidores públicos, durante as campanhas dos órgãos públicos, viola o princípio da impessoalidade.
- II A exigência constitucional de concurso público para a investidura em emprego público está relacionada ao princípio da impessoalidade.
- III O texto constitucional assegura o direito à informação somente para assuntos de interesse particular, em razão do princípio da impessoalidade.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 22

Com relação aos atributos e aos elementos do ato administrativo, assinale a alternativa correta.

- (A) Os atos administrativos apenas enunciativos (certidão, atestado, parecer) possuem atributos de presunção de veracidade e imperatividade.
- (B) Segundo a doutrina majoritária, a exteriorização do ato administrativo será sempre de forma escrita, com a assinatura da autoridade responsável.
- (C) Os atos administrativos não ficam sujeitos a controle judicial de legalidade, pois são dotados do atributo da executoriedade.
- (D) Os atributos de presunção de veracidade e de legitimidade afastam a possibilidade de controle judicial dos atos administrativos.
- (E) Eventual inobservância da finalidade legal ou eventual desatendimento do fim de interesse público torna o ato administrativo ilegal, por desvio de poder.

QUESTÃO 23

A sociedade empresária A obteve permissão para explorar um parque de diversões em determinado local do município B, contudo sobreveio uma norma jurídica posterior que tornou o local incompatível com esse tipo de uso.

Com base nessa situação hipotética, é correto afirmar que há uma demanda de extinção do ato administrativo por

- (A) cassação.
- (B) revogação.
- (C) caducidade.
- (D) invalidade.
- (E) contraposição.

QUESTÃO 24

No que se refere à responsabilidade civil do Estado, assinale a alternativa correta.

- (A) A absolvição do agente público na esfera criminal afasta automaticamente a responsabilidade civil do Estado.
- (B) O Estado responde objetivamente por danos causados a terceiros, mas fica com direito de regresso contra o servidor que causou o dano, desde que este tenha agido com culpa ou dolo.
- (C) Para a análise de responsabilidade civil do Estado em casos de prejuízo causado a terceiros, deve-se verificar a existência de conduta culposa ou dolosa do agente público causador do dano.
- (D) A responsabilidade civil do Estado, assim como a das pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público, baseia-se na teoria do risco integral.
- (E) A responsabilidade objetiva do Estado por prejuízos causados a terceiros não admite abrandamentos nem exclusão por hipóteses de caso fortuito e força maior.

QUESTÃO 25

A respeito do poder de polícia, julgue os itens que se seguem.

- I Segundo o texto constitucional, o poder de polícia é exercido exclusivamente por corporações especializadas (polícia civil e militar).
- II Para o exercício adequado do poder de polícia, é necessário que a Administração Pública recorra previamente ao Poder Judiciário.
- III No exercício do poder de polícia, o município poderá estabelecer os horários de funcionamento dos estabelecimentos comerciais situados em seu território.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item III está certo.
- (D) Apenas os itens I e II estão certos.
- (E) Apenas os itens II e III estão certos.

QUESTÃO 26

O Enunciado n.º 473 das Súmulas do STF, que menciona a possibilidade de a Administração Pública anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, consagra o princípio do(da)

- (A) controle.
- (B) autotutela.
- (C) especialidade.
- (D) impessoalidade.
- (E) publicidade.

QUESTÃO 27

Quanto às entidades da administração pública indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Somente as entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público estão sujeitas aos princípios constitucionais da Administração Pública.
- (B) As empresas públicas são dotadas de personalidade jurídica de direito público, criadas em virtude de autorização legislativa para a exploração de atividade econômica.
- (C) As autarquias são pessoas jurídicas de direito público ou privado, criadas por lei para o desempenho de serviço público descentralizado, mediante controle administrativo.
- (D) O sistema constitucional atual não admite a existência de entidades da administração indireta vinculadas às estruturas do Poder Legislativo.
- (E) As empresas públicas e as sociedades de economia mista são pessoas jurídicas de direito privado e podem explorar atividade econômica.

QUESTÃO 28

O controle judicial da Administração Pública

- (A) pode examinar atos da Administração Pública de qualquer natureza, sempre sob aspectos de legalidade e mérito.
- (B) pode ser realizado por iniciativa própria do Poder Judiciário ou mediante provocação dos administrados por meio de recurso administrativo.
- (C) visa à revogação de atos administrativos produzidos com vício de legalidade ou à invalidação de atos administrativos por questões de conveniência e oportunidade.
- (D) tem por finalidade principal controlar o mérito do ato administrativo discricionário.
- (E) pode examinar os atos da Administração Pública, vinculados ou discricionários, mas sempre sob o aspecto da legalidade.

QUESTÃO 29

O poder que permite que a Administração Pública apure infrações e aplique penalidades aos servidores públicos e às demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa é denominado poder

- (A) normativo.
- (B) regulamentar.
- (C) disciplinar.
- (D) de polícia.
- (E) cautelar.

QUESTÃO 30

No que concerne aos poderes da Administração, julgue os itens seguintes.

- I A possibilidade de aplicar sanções a particulares não sujeitos à disciplina interna da Administração decorre do poder disciplinar.
- II A advertência aplicada ao aluno de escola estadual que tenha cometido falta dentro do estabelecimento de ensino é expressão do poder regulamentar.
- III O poder de polícia é a atividade do Estado que consiste em limitar o exercício dos direitos individuais em benefício do interesse público.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Nenhum item está certo.
- (B) Apenas o item I está certo.
- (C) Apenas o item II está certo.
- (D) Apenas o item III está certo.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 31

Considerando o disposto no Regimento Interno do Conselho Regional de Serviço Social da 23.ª Região, assinale a alternativa correta.

- (A) O Conselho Regional de Serviço Social é dotado de personalidade jurídica de direito privado, com autonomia administrativa e financeira e jurisdição no estado de Rondônia.
- (B) O Conselho Regional de Serviço Social é constituído por membros efetivos e suplentes, eleitos entre os assistentes sociais inscritos na respectiva área de jurisdição, para mandato de quatro anos.
- (C) A receita do Conselho Regional de Serviço Social é composta, exclusivamente, por anuidades, taxas e emolumentos.
- (D) Compete à Assembleia Geral do Conselho Regional de Serviço Social da 23.ª Região estabelecer o valor das anuidades de pessoa física e jurídica, assim como as formas de pagamento e de desconto.
- (E) Compete às seccionais, como órgãos do Conselho Regional de Serviço Social, instaurar sindicância para a apuração de falta grave e aplicar as sanções previstas no Código de Ética Profissional.

QUESTÃO 32

Com relação ao inquérito administrativo no âmbito do Conselho Federal, previsto no Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS, julgue os itens subsequentes.

- I O inquérito administrativo será instaurado por deliberação do Conselho Fiscal se, durante a sindicância, restar comprovado o envolvimento de funcionário ou de conselheiro em fato irregular.
- II Como o inquérito administrativo tem natureza inquisitiva, para a investigação de eventual prática de fato irregular, não possui contraditório nem ampla defesa.
- III Ao acusado será garantida a oportunidade de ter ciência da acusação e de apresentar defesa escrita, mas não a possibilidade de produzir provas.
- IV Em havendo indícios de que o fato apurado no inquérito administrativo configura crime ou contravenção, caberá ao Conselho Federal de Serviço Social notificar o fato à autoridade competente para a apuração de responsabilidade criminal.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

QUESTÃO 33

Assinale a alternativa que apresenta penalidades expressamente previstas no Estatuto do Conjunto CFESS/CRESS para hipóteses de descumprimento das resoluções instituídas pelo Conselho Federal de Serviço Social.

- (A) multa e perda de mandato
- (B) multa e suspensão
- (C) advertência reservada e detenção
- (D) advertência e suspensão
- (E) rescisão de contrato e reclusão

QUESTÃO 34

Acerca da Lei de Improbidade Administrativa, assinale a alternativa correta.

- (A) Os dispositivos dessa Lei se aplicam somente aos atos de improbidade praticados contra a administração pública direta.
- (B) Não se considera como agente público, para os efeitos da lei, aquele que exerce, sem remuneração, cargo, emprego ou função nos órgãos e nas entidades da Administração Pública.
- (C) Caso ocorra lesão ao patrimônio público por ação ou omissão, dolosa ou culposa, do agente ou de terceiros, dar-se-á o integral ressarcimento do dano.
- (D) O herdeiro daquele que causar lesão ao patrimônio público não está sujeito aos efeitos da lei, em razão do princípio da individualidade da pena.
- (E) Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público, caberá à autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao juiz para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

QUESTÃO 35

Considerando as normas estabelecidas pela Lei n.º 9.784/1999 sobre competência, assinale a alternativa correta.

- (A) O ato de delegação somente será revogado, pela autoridade delegante, em casos de urgência e de manifesto interesse público.
- (B) Um órgão administrativo pode renunciar à sua competência ou delegá-la para outro órgão hierarquicamente subordinado, em razão de circunstâncias técnicas e econômicas.
- (C) Em casos de manifesto interesse público, a competência para editar atos de caráter normativo pode ser objeto de delegação.
- (D) A competência para decidir recursos administrativos não pode ser objeto de delegação.
- (E) A competência pode ser delegada em sua totalidade para órgão administrativo hierarquicamente inferior, por motivos relevantes devidamente justificados.

QUESTÃO 36

De acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 4 (R1) – Ativo Intangível, o *goodwill* pode ser segregado em duas categorias: o ágio por expectativa de rentabilidade futura adquirido em uma combinação de negócios e o ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado internamente. Quanto ao reconhecimento desses elementos intangíveis, assinale a alternativa correta.

- (A) Ambos devem ser reconhecidos como ativos intangíveis.
- (B) Apenas o ágio por expectativa de rentabilidade futura gerado internamente deve ser reconhecido como ativo intangível.
- (C) O ágio por expectativa de rentabilidade futura adquirido em uma combinação de negócios deve ser reconhecido como ativo intangível.
- (D) Não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis, visto que não há controle sobre o *goodwill*.
- (E) Não devem ser reconhecidos como ativos intangíveis, visto que a probabilidade de entrada de recursos econômicos é incerta.

QUESTÃO 37

O registro de preços é um procedimento especial de licitação que seleciona a proposta mais vantajosa, com observância fiel do princípio da isonomia. Após a licitação para registro de preço, o licitante vencedor terá o dever de fornecer o produto (pelo preço licitado) quando demandado pelo órgão licitador, com observação do prazo de validade da licitação registrado na ata de registro de produtos firmada com a Administração Pública. O prazo de validade da ata de registro de preço não poderá ser superior a um ano – computadas, neste, as eventuais prorrogações. O registro de preços têm previsão na Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos), que determina, em seu artigo 15, inciso II, que, sempre que possível, o Sistema de Registro de Preço (SRP) previsto no Decreto n.º 7.892/2013 deve ser adotado. Na Lei n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão), art. 11, também está previsto o registro de preços. Segundo essa Lei, as compras e contratações de bens e serviços comuns, no âmbito da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, quando efetuadas pelo SRP previsto no art. 15 da Lei n.º 8.666/1993, poderão adotar a modalidade de pregão, conforme regulamento específico. Considerando que o registro de preços definido no Decreto n.º 7.892/2013 ocorra por meio de licitação, assinale a alternativa que apresenta as modalidades de licitação em que poderá ser realizado o registro de preço.

- (A) concorrência e pregão
- (B) tomada de preço e concorrência
- (C) convite e pregão
- (D) concurso e tomada de preço
- (E) leilão e pregão

QUESTÃO 38

O pregão pode ser adotado para os mesmos tipos de compras e contratações realizados por meio das modalidades de concorrência, tomada de preços e convite. Podem ser adquiridos por meio de pregão os bens e serviços comuns, cujos padrões de desempenho e qualidade sejam objetivamente definidos por edital, por meio de especificações de uso corrente no mercado. O pregão é constituído por duas fases, uma interna e outra externa. A fase externa é constituída dos atos e das atividades que requerem, além da participação da Administração, a participação de terceiros. Nessa fase, inicia-se a convocação dos interessados para que o processo de escolha da melhor proposta seja realizado. A convocação é realizada por meio de publicação de aviso nos seguintes meios de comunicação: Diário Oficial da União; meio eletrônico, na Internet; jornal de grande circulação local; ou jornal de grande circulação regional ou nacional. Contudo, para se escolher o meio de comunicação, no pregão eletrônico, devem ser observados os valores estimados para a contratação. Os valores e os meios de comunicação no pregão eletrônico (artigo 11 do Decreto n.º 5.450/2005) são classificados da seguinte forma: até R\$ 650.000,00, Diário Oficial da União e meio eletrônico, na Internet; acima de R\$ 650.000,00 até R\$ 1.300.000,00, Diário Oficial da União, meio eletrônico, na Internet, e jornal de grande circulação local; e superiores a R\$ 1.300.000,00, Diário Oficial da União, meio eletrônico, na Internet, e jornal de grande circulação regional ou nacional. Supondo que o Conselho Regional de Serviço Social da 23.ª Região – Rondônia (CRESS-RO) não consiga definir previamente o quantitativo de uma determinada demanda de produto e tenha divulgado uma licitação para o SRP, previsto no Decreto n.º 7.892/2013, com valor estimado na ordem de R\$ 10.000,00, assinale a alternativa que apresenta os meios de publicação que deveriam ser utilizados para se iniciar a fase externa.

- (A) Diário Oficial da União e meio eletrônico, na Internet
- (B) Diário Oficial da União, meio eletrônico, na Internet, e jornal de grande circulação local
- (C) Diário Oficial da União, meio eletrônico, na Internet, e jornal de grande circulação regional ou nacional
- (D) somente no Diário Oficial da União, em razão de o valor não ultrapassar 10% do previsto no artigo 23, inciso II, alínea *a*, da Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos)
- (E) somente no Diário Oficial da União, em razão de o valor ultrapassar 10% do previsto no artigo 23, inciso II, alínea *a*, da Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos)

QUESTÃO 39

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) tem como objetivo o estudo, o preparo e a emissão de pronunciamentos técnicos sobre procedimentos de contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e à uniformização do seu processo de produção e sempre considerando a convergência da contabilidade brasileira com os padrões internacionais. De acordo com o Pronunciamento Contábil CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, as informações contábeis-financeiras devem ser úteis, relevantes, e representar fidedignamente aquilo que pretendem reportar. A utilidade das informações contábeis-financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis. Nesse sentido, é correto afirmar que as características qualitativas da informação são divididas em dois grupos:

- (A) representação fidedigna e tempestividade.
- (B) comparabilidade e verificabilidade.
- (C) tempestividade e compreensibilidade.
- (D) relevância e verificabilidade.
- (E) relevância e representação fidedigna.

QUESTÃO 40

Ativos, em contabilidade, representam valores que indicam os bens e os direitos que uma empresa possui. Tais valores são demonstrados e estão representados no balanço patrimonial. É possível considerar, ainda, que os ativos podem ser convertidos para meios monetários, com a venda de um item da empresa, por exemplo. A representação dos ativos, no balanço, é dividida entre os ativos que podem ser convertidos mais rapidamente em meios monetários e os ativos que demandam mais tempo (ordem decrescente do grau de liquidez), representados pelos ativos circulantes e não circulantes, respectivamente. A definição de ativo evidenciada no Pronunciamento Contábil CPC 00 (R2) – Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, destaca que um ativo é um recurso controlado pela entidade. Quanto a essa abordagem do controle, assinale a alternativa correta.

- (A) Uma empresa necessariamente deve ter a posse legal e o controle do item para que o reconheça como ativo.
- (B) Uma empresa não precisa necessariamente ter a posse legal do item, desde que tenha controle sobre ele, sendo responsável pelos riscos e obtendo todos os benefícios oriundos dele.
- (C) O elemento que se pretende reconhecer como ativo deve ter a expectativa de geração de benefícios econômicos futuros.
- (D) O recurso econômico deve ser derivado de eventos passados.
- (E) Uma empresa deve ter a posse legal do item para que o reconheça como ativo.

QUESTÃO 41

O pregão é uma das seis modalidades de licitação utilizadas no Brasil para a compra de produtos e serviços na Administração Pública. Modalidade é a maneira como o processo de compra de produtos e serviços é conduzido. Há cinco modalidades descritas pela Lei n.º 8.666/1993 (Lei de Licitações e Contratos): concorrência; tomada de preços; convite; concurso; e leilão. O pregão é a sexta modalidade de licitação e foi instituído pela Lei n.º 10.520/2002 (Lei do Pregão), sendo regulamentado, pelo governo federal, por meio dos Decretos n.º 3.555/2000 (pregão presencial) e n.º 5.450/2005 (pregão eletrônico). O pregão na forma eletrônica, que é realizado a distância, em sessão pública e por meio de sistemas, oferece maior transparência, acessibilidade para a participação e celeridade dos processos, possibilitando mais competitividade entre os fornecedores e, com isso, uma redução de custos nas compras públicas. No que se refere à ação de habilitação dos licitantes nessa metodologia, conforme prevê o Decreto n.º 5.450/2005, será exigida, exclusivamente, a documentação relativa: à habilitação jurídica; à qualificação técnica; à qualificação econômico-financeira; à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS); à regularidade fiscal perante as Fazendas estaduais e municipais, quando for o caso; e ao cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7.º da Constituição e no inciso XVIII do art. 78 da Lei n.º 8.666/1993.

Especificamente acerca da documentação comprobatória relativa à habilitação jurídica, à qualificação econômico-financeira, à regularidade fiscal com a Fazenda Nacional, o sistema da seguridade social e o FGTS e à regularidade fiscal perante as Fazendas estaduais e municipais, quando for o caso, mencionada no Decreto n.º 5.450/2005 para fins de habilitação dos licitantes, julgue os itens que se seguem.

- I A documentação citada poderá ser substituída pelo registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores (SICAF).
- II Em se tratando de órgão ou entidade não abrangida pelo SICAF, a documentação prevista poderá ser substituída por certificado de registro cadastral que atenda aos requisitos previstos na legislação geral.
- III Em se tratando de órgão ou entidade não abrangida pelo SICAF, a documentação prevista poderá ser substituída por documento emitido pelo licitante, desde que registrado em cartório de registro civil de pessoa jurídica.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas os itens I e II estão certos.
- (D) Apenas os itens I e III estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 42

A depreciação com base na vida útil econômica considera que cada bem pode ter depreciação diferente, dependendo do seu uso. Isso quer dizer que, por exemplo, um veículo, se for utilizado para o transporte de mercadorias em estrada pavimentada, terá uma vida útil estimada e, caso seja utilizado para o transporte de mercadorias em estrada não pavimentada, terá vida útil menor em função do maior desgaste. Considerando o Pronunciamento Contábil CPC 27 – Ativo Imobilizado, especificamente sobre o valor depreciável e o período de depreciação, julgue os seguintes itens.

- I O valor depreciável de um ativo deve ser apropriado de forma sistemática ao longo da sua vida útil estimada.
- II O valor residual e a vida útil de um ativo são revisados pelo menos ao final de cada exercício e, se as expectativas diferirem das estimativas anteriores, a mudança deve ser contabilizada como mudança de estimativa contábil.
- III A depreciação não é reconhecida quando o valor justo do ativo exceder o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil.
- IV A depreciação do ativo se inicia quando ele está disponível para uso, ou seja, quando está no local e em condição de funcionamento, na forma pretendida pela Administração.

A quantidade de itens certos é igual a

- (A) 0.
- (B) 1.
- (C) 2.
- (D) 3.
- (E) 4.

QUESTÃO 43

A escolha quanto a comprar ou a produzir sempre foi um assunto de discussão ampla e difícil na tomada de decisão por parte da alta administração. No entanto, nos últimos anos, as empresas, na hora de decidir sobre o caminho de um produto, optam por considerar os resultados financeiros para a sua tomada de decisão. Nesse cenário, considerando-se os tipos de materiais, há duas possibilidades de estratégia: a verticalização e a horizontalização. A respeito desse processo, julgue os próximos itens.

- I Adotando-se a estratégia da verticalização, produz-se (ou tenta-se produzir) internamente tudo o que for possível.
- II Adotando-se a estratégia da horizontalização, compra-se de terceiros o máximo de itens possível para compor o produto final. Essa estratégia é a grande tendência das empresas modernas.
- III Horizontalizar mostrou-se um negócio arriscado, já que se corre o risco de a empresa ficar “engessada”, ou seja, a imobilização de recursos e a baixa flexibilidade do processo produtivo podem tornar o negócio pouco flexível.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas o item I está certo.
- (B) Apenas o item II está certo.
- (C) Apenas o item III está certo.
- (D) Apenas os itens I e II estão certos.
- (E) Todos os itens estão certos.

QUESTÃO 44

O Brasil possui uma altíssima carga tributária, que é conhecida como uma das maiores do mundo. Entre os impostos e tributos que os brasileiros têm de pagar, encontra-se o imposto sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços (ICMS). Aplicado sobre mercadorias e serviços, atinge a maioria absoluta da população, direta ou indiretamente. Há, ainda, tributos que são constituídos com fim social. É o caso do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS), tributos que costumam andar acompanhados (mas é preciso destacar que são dois tributos diferentes). Apesar de possuírem a mesma base de cálculo, a destinação do valor recolhido com esses tributos é distinta. Enquanto o PIS é destinado a promover a integração social do empregado, a COFINS é uma contribuição para o financiamento da seguridade social – incluindo a previdência social, a assistência social e a saúde pública. Para realizar o cálculo correto do PIS e da COFINS, é necessário que seja observada a cumulatividade – que pode ter uma incidência cumulativa ou não cumulativa. No regime de incidência não cumulativa, acontece a apropriação de créditos em relação a custos, despesas e encargos da empresa. As organizações enquadradas nesse regime são as que apuram o imposto de renda com base no lucro real – observadas algumas exceções. As alíquotas são: PIS 1,65%; e COFINS 7,6%. Suponha-se que a empresa XYZ tenha adquirido, à vista, um lote de mercadorias, revendendo, em seguida, metade desse mesmo lote por R\$ 280.000,00, que a empresa esteja sujeita, nas suas operações de compra e venda, à incidência do ICMS, a uma alíquota de 18%, e à do PIS e à da COFINS, no regime não cumulativo, e que o lucro bruto auferido pela empresa nessas transações tenha sido de R\$ 58.200,00.

Com base nesse caso hipotético, é correto afirmar que o custo das mercadorias vendidas (CMV) na mencionada operação de venda foi igual a

- (A) R\$ 143.400,00.
- (B) R\$ 145.500,00.
- (C) R\$ 166.780,00.
- (D) R\$ 171.400,00.
- (E) R\$ 200.000,00.

RASCUNHO

QUESTÃO 45

No contexto da Constituição Federal de 1988, as contribuições sociais, conhecidas como parafiscais, são espécies tributárias que assumem relevante papel no financiamento de setores essenciais. As contribuições previdenciárias, por exemplo, fazem parte das contribuições sociais que devem ser pagas pelo empregador à seguridade social, com o intuito de manter os benefícios previdenciários. Nesse sentido, além de ser efetuado um desconto, na folha de pagamento do colaborador, referente ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), as empresas também precisam pagar uma parte ao governo federal. As contribuições previdenciárias de responsabilidade dos empregadores, referentes aos colaboradores de uma determinada empresa, são recolhidas, de forma mensal, ao governo, aplicando-se um percentual sobre o valor total dos salários pagos no mês. Quando a atividade do colaborador apresenta riscos, a empresa ainda deve acrescentar uma porcentagem sobre o valor total. Os riscos são divididos em leve, médio e grave e a cada um deles são atribuídos percentuais. O governo contabiliza esses valores para arcar com os custos extras oriundos de um trabalhador que pode encerrar as atividades mais cedo. Vale lembrar que a empresa é responsável por fazer o enquadramento de suas atividades de risco. Assim, uma parte do financiamento para a seguridade social por encargo das pessoas jurídicas é a proveniente da folha de salários, inclusive pró-labore, conforme o artigo 195 da Constituição Federal de 1988. Na forma da Lei n.º 8.212/1991, os empregadores contribuem, na folha de salários, da seguinte forma:

- (A) para o INSS, 10%; e para o seguro de acidente de trabalho (SAT), dependendo do grau de risco da atividade – 2% para o risco leve, 4% para o risco médio e 6% para o risco grave.
- (B) para o INSS, 20%; e para o SAT, dependendo do grau de risco da atividade – 1% para o risco leve, 2% para o risco médio e 3% para o risco grave.
- (C) para o INSS, 15%; e para o SAT, dependendo do grau de risco da atividade – 3% para o risco leve, 6% para o risco médio e 9% para o risco grave.
- (D) para o INSS, 20%; e para o SAT, dependendo do grau de risco da atividade – 3% para o risco leve, 6% para o risco médio e 9% para o risco grave.
- (E) para o INSS, 15%; e para o SAT, dependendo do grau de risco da atividade – 1% para o risco leve, 2% para o risco médio e 3% para o risco grave.

QUESTÃO 46

A fase mais importante do processo de contratação pública previsto na Instrução Normativa n.º 5/2017, fruto de licitação ou de contratação direta, é o planejamento, e uma das etapas do planejamento são os estudos preliminares. Os estudos preliminares têm como objetivo analisar a viabilidade do projeto e apontar os elementos essenciais que irão compor o termo de referência ou o projeto básico, alinhando-os às necessidades da Administração. É nessa etapa que serão estudadas as modelagens e as alternativas de mercado para a tomada de decisão sobre a solução a ser contratada. O artigo 24, parágrafo 1.º, da Instrução Normativa n.º 5/2017 dispõe sobre a materialização dos estudos preliminares, indicando que esse material deverá contemplar, quando couber, algumas situações. Considerando a importância dessa fase para que se cumpra o planejamento, há documentos elencados na lista descrita no artigo 24, parágrafo 1.º, da Instrução Normativa n.º 5/2017 que são obrigatórios em qualquer estudo preliminar. Sendo assim, assinale a alternativa que apresenta a lista obrigatória de documentos a serem contemplados por ocasião da produção dos estudos preliminares.

- (A) necessidade da contratação, requisitos da contratação, estimativas de preços ou preços referenciais, demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis e declaração da viabilidade ou não da contratação
- (B) necessidade da contratação, estimativa das quantidades, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, requisitos da contratação, justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessárias para a individualização do objeto, e declaração da viabilidade ou não da contratação
- (C) necessidade da contratação, demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais ou financeiros disponíveis, estimativas de preços ou preços referenciais, justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessárias para a individualização do objeto, e declaração da viabilidade ou não da contratação
- (D) necessidade da contratação, estimativa das quantidades, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, estimativas de preços ou preços referenciais, requisitos da contratação e declaração da viabilidade ou não da contratação
- (E) necessidade da contratação, estimativa das quantidades, acompanhada das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, estimativas de preços ou preços referenciais, justificativas para o parcelamento ou não da solução, quando necessárias para a individualização do objeto, e declaração da viabilidade ou não da contratação

QUESTÃO 47

Os dados advindos da classificação de materiais servem de informação gerencial ao administrador de materiais, que se torna capaz de voltar sua atenção a determinada(s) categoria(s) de material(is), ao invés de tentar, em vão, lidar com uma infinidade de itens de materiais. Sem uma classificação de materiais bem definida, seria quase impossível ao gestor de materiais administrar seus estoques. Assim, criar uma classificação de materiais que promova uma gestão mais pontual do processo sustenta uma administração mais ampla do material junto ao estoque. Nesse pensamento, utilizar-se dos atributos da gestão de materiais permite uma condução mais assertiva da gestão na estocagem. Logo, é correto afirmar que os atributos de um sistema de classificação são

- (A) abrangência, praticidade e normalização.
- (B) codificação, abrangência e flexibilidade.
- (C) simplicidade, padronização e abrangência.
- (D) praticidade, identificação e abrangência.
- (E) praticidade, flexibilidade e abrangência.

QUESTÃO 48

A Instrução Normativa n.º 5/2017 dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços, sob o regime de execução indireta, no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional. A fase de planejamento da contratação, antes não existente de forma bem definida ou mesmo não explicitada, agora recebe tratamento próprio e com elevado grau de importância; recebe o mesmo tratamento das demais fases (seleção do fornecedor e gestão do contrato). Prevista no capítulo III da Instrução Normativa n.º 5/2017, a fase referente ao planejamento estabelece como suas etapas a elaboração dos estudos preliminares, a elaboração do gerenciamento de riscos e a elaboração do termo de referência ou projeto básico. Suponha-se que um determinado viaduto, em uma cidade de complexa movimentação urbana, tenha cedido e provocado a interrupção do trânsito e, após a avaliação técnica, tenha sido constatada a necessidade de se recuperar a obra, em *status* de emergência, para que a segurança das pessoas não fosse comprometida.

Com base nessa situação hipotética e na Instrução Normativa n.º 5/2017, é correto afirmar que somente poderá(ão) ser dispensada(s) a(s) seguinte(s) etapa(s) do planejamento:

- (A) estudos preliminares e termo de referência.
- (B) estudos preliminares e gerenciamento de riscos.
- (C) gerenciamento de riscos e termo de referência.
- (D) estudos preliminares.
- (E) termo de referência.

QUESTÃO 49

A Lei n.º 9.790/1999 dispõe sobre a qualificação das pessoas jurídicas de direito privado com fins não econômicos, como as organizações da sociedade civil de interesse público (OSCIPs), e institui e disciplina o termo de parceria. A qualificação como OSCIP é requisito para a assinatura de um termo de parceria entre a entidade privada qualificada e o Poder Público. O objetivo da Lei foi estabelecer um critério para a organização das contratações de entidades sem fins lucrativos que atuam em parceria com o Estado. Contudo, a qualificação não é garantia da assinatura de um termo de parceria, mas apenas uma condição necessária. A efetivação das parcerias depende da capacidade de mobilização social da OSCIP e dos projetos de interesse público que ela elaborar. A contrapartida da assinatura da parceria também vem carregada de responsabilidades. A prestação de contas é uma das principais responsabilidades relativas à execução do termo de parceria, já que torna possível manter a transparência no que se refere à aplicação dos recursos públicos recebidos. O processo de prestação de contas é constituído de alguns documentos comprobatórios das ações das OSCIPs que imprimem maior transparência no uso do recurso público. Considerando essas informações, julgue os itens subsequentes.

- I Um documento elencado no processo de prestação de contas do termo de parceria é o demonstrativo integral da receita e da despesa realizadas na execução.
- II Um documento elencado no processo de prestação de contas do termo de parceria é a demonstração de resultados do exercício.
- III Um documento elencado no processo de prestação de contas do termo de parceria é o balanço patrimonial.
- IV Um documento elencado no processo de prestação de contas do termo de parceria é a demonstração das origens e das aplicações de recursos.
- V Um documento elencado no processo de prestação de contas do termo de parceria é a demonstração do fluxo de caixa.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens II e IV estão certos.
- (B) Apenas os itens I, II e IV estão certos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (E) Apenas os itens I, II, III e IV estão certos.

QUESTÃO 50

O governo brasileiro, para a implantação das compras públicas sustentáveis, lastreou-se, principalmente, no art. 3.º da Lei n.º 8.666/1993, segundo o qual a licitação se destina a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável. Nesse sentido, pode-se dizer que as compras públicas sustentáveis são o procedimento administrativo formal que contribui para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, mediante a inserção de critérios sociais, ambientais e econômicos nas aquisições de bens, nas contratações de serviços e na execução de obras. De uma maneira geral, trata-se da utilização do poder de compra do Setor Público para gerar benefícios econômicos e socioambientais. As compras e as licitações sustentáveis possuem um papel estratégico para os órgãos públicos e, quando adequadamente realizadas, promovem a sustentabilidade nas atividades públicas. Para tanto, é fundamental que os compradores públicos saibam delimitar corretamente as necessidades da sua instituição e conheçam a legislação aplicável e as características dos bens e serviços que poderão ser adquiridos. O Decreto n.º 7.746/2012 regulamentou o art. 3.º da Lei n.º 8.666/1993 para estabelecer critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes e instituiu a Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP). O Decreto prevê, ainda, que a administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar um plano de gestão de logística sustentável, conforme ato editado pela Secretaria de Gestão do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que preverá, no mínimo, algumas ações que reflitam as prioridades de sustentabilidade previstas no Decreto n.º 7.746/2012. Com relação às orientações para a elaboração e a implementação do plano de gestão de logística sustentável, julgue os itens a seguir.

- I A atualização do inventário de bens e materiais do órgão e a identificação de similares de maior ganho ergonômico para substituição devem ser consideradas.
- II Práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços devem ser consideradas.
- III Responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano devem ser consideradas.
- IV Ações de divulgação, conscientização e capacitação devem ser consideradas.
- V A preferência por materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local deve ser considerada.

Assinale a alternativa correta.

- (A) Apenas os itens I, II e III estão certos.
- (B) Apenas os itens I, II e V estão certos.
- (C) Apenas os itens I, III e IV estão certos.
- (D) Apenas os itens II, III e IV estão certos.
- (E) Apenas os itens III, IV e V estão certos.